

# Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinaturas dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## Constituinte, dos Pés à Cabeça

WOLFGANG LEO MAAR

"Há sempre duas maneiras de se resolver um problema: a maneira acertada e a maneira do governo." Assim Auricélio Penteadó, o fundador do Ibope, resume uma jóia do pensamento popularesco.

Bastou alguma voz officiosa das lides governamentais mencionar uma reforma da Constituição, ou mesmo uma "Constituinte com Figueiredo", que este "princípio" volta à tona, mesmo que travestido de análises conjunturais ou históricas: "Constituinte é uma palavra de ordem burguesa", o importante é "organizar o povo", etc. etc. Tais colocações são mais graves ainda, quando surgem de lideranças partidárias, como no caso do PT. Afinal, "organizar" não é uma palavra de ordem abstrata, que se oponha a formulações no nível político institucional, principalmente num partido que está às voltas com a imperiosa necessidade de se converter, no nível legal e legítimo, em expressão política das reivindicações sociais dos nossos trabalhadores. A menos que queiramos, é claro, permanecer no nível parcial de palavras de ordem que resultem de movimentos sociais — como o comprovaram as greves de trabalhadores — e que tendem mesmo a dispensar, para sua eficácia, a esfera político-partidária. O plano político tem dois componentes igualmente necessários: os pés e a cabeça. E aos ídolos com pés de barro se igualam os troncos acéfalos que, desprovidos de possibilidades de desenvolvimento próprio, estão condenados a definharem lentamente e perder o pé da realidade.

Maniqueísmos à parte: uma coisa é recusar a Constituinte como proposta "em princípio" para resolver os impasses da sociedade brasileira. Outra coisa é recusá-la porque o País "é herdeiro de uma tradição política medíocre", atestada por Constituintes que sempre tiveram o objetivo de criar pactos com o objetivo de manter a burguesia no poder. Assim acabar-se-la endossando uma nova proposição de princípio — a recusa de uma Constituinte, mera "fórmula mágica" de grupos radicais.

Para visualizarmos o quanto a proposta de uma Constituinte soberana, livremente eleita, é distinta da proposta dos "radicais", basta lembrarmos que estes propunham, ao lado da Constituinte, a recusa na participação parlamentar nas eleições de 74, 76 e 78. Ora, nestes anos a luta por eleições livres e diretas e pela participação parlamentar era de fato a grande idéia-força — amplamente vitoriosa e comprovada — que permitiu traduzir, no nível político, o denominador comum de todas as reivindicações sociais que mobilizavam então a chamada sociedade civil.

A inconseqüência estava então justamente na proposição de uma Constituinte sem a respectiva valorização desta idéia-força política, mobilizadora e organizadora, em torno da qual seria possível às oposições desnudar e reagir frente às intenções desviacionistas do governo. E nos termos deste nosso passado, mais vivo, que é preciso colocar atualmente a questão da Constituinte, e não apenas recuar à "Constituição da mandioca", ou à "polaca".

Quando arautos outrora radicais sopram aos ouvidos de quem de fato deveria representar os interesses legítimos dos trabalhadores que a Constituinte "é uma palavra de ordem burguesa"; ou então, que prejudica a efetiva "organização do povo" — e Constituinte implica em movimento, em organização, e não simplesmente em uma "nova" Carta Magna — estão se confundindo as conquistas democráticas com o modo pelo qual a República burguesa as tornou institucionais (à seu favor, é claro, não sejamos ingênuos!). Ora, o Parlamento também é uma instituição burguesa, e não adianta nada tentarmos infantilmente recusá-lo; ou fazer com que não seja uma representação da burguesia, impõe-se, isto sim, fazer com que seja também uma representação dos trabalhadores. Não tem sentido algum querer que o burguês não seja cidadão; cabe fazer com que também o trabalhador seja cidadão.

Em outras palavras, o Estado ocupado pelo atual governo (e Estado é todo o complexo mediante o qual se torna possível ao governo implementar sua política social e econômica) não é o nosso objetivo de luta, ele é unicamente o nosso adversário, o que de modo algum é pouco. O nosso objetivo, ao que eu saiba, é a construção de uma sociedade mais justa, efetivamente democrática. Para tanto é preciso fazer política conjuntural de fato, e não permanecer no limbo das frases de efeito sem eficácia real. É preciso reconhecer onde estão os sujeitos políticos dotados de dinamismo suficiente para promover transformações efetivas na sociedade, no sentido da ampliação e consolidação das conquistas democráticas. E em cima do que se pode concretamente promover tais transformações.

A proposta de uma Constituinte não é ruim porque pode ajudar o governo a implementar uma política divisionista e impopular. É esta política que traz conseqüências más, e uma Constituinte que sirva apenas para tal, evidentemente, é uma má idéia. Mas na atual conjuntura é inegável que a plataforma de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e livremente eleita pode se tornar uma idéia-força organizadora no nível político de reivindicações sociais que correm o risco de se tornarem acéfalas, sem direção, como plataformas simplesmente moleculares, inclusive de várias agremiações políticas e partidárias — para não falar de movimentos sociais sem expressão partidária direta, como as bases da Igreja, OAB, etc. — das quais nenhuma representa isoladamente o sujeito político em pauta na transformação da sociedade.

Para o próprio governo, a "questão da Constituição" é a questão da direção política que procura imprimir às diretrizes por ora subjacentes aos remendos da Carta Magna. E é nesta questão que agora governo e oposições se encontram: a questão da direção política para a sociedade. Há Constituintes e Constituintes, como há chapéus e chapéus. Mas, do sombrero à cartola, todos servem para proteger cabeças. Quais? Cabe a nós ampliar ao máximo o espaço de sua sombra. Ou então, correr o risco de uma insolação...

Aqui está a competição; salta agora, João!